NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

1 Contexto Operacional

A Companhia, com sede em Timbó – SC, tem como atividade principal a industrialização e comercialização de peças para implementos agrícolas, peças para tratores, pás destinadas à construção civil e para fins diversos, lâminas para corte de pedras, acessórios ferroviários, peças para implementos rodoviários e outros produtos de aço, laminados e conformados a quente.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

a) Abrangência

As presentes demonstrações financeiras estão apresentadas em reais e incluem:

- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração da Companhia em 11 de março de 2016.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais mensurados pelo valor justo:

- os ativos biológicos da controlada conforme nota 2.2 (g); e
- determinados ativos do imobilizado da controladora conforme nota 2.2 (h).

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas BR GAAP exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

As informações sobre julgamentos críticos referente as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas.

2.2 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exceto nos casos indicados em contrário.

(a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da METISA – Metalúrgica Timboense S/A, e sua controlada METISA Florestal e Energética S/A, conforme Nota 9, que adota políticas contábeis alinhadas com a controladora.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidência de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

(b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real conforme as normas descritas na Deliberação CVM nº 640 que aprovou o pronunciamento técnico CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21).

Operações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio da data de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

(c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

A Companhia descontinua um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem recebíveis e outras contas de ativos financeiros não derivativos. Recebíveis e outras contas são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, recebíveis e outras contas são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis e outras contas abrangem clientes e outros créditos.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Os passivos financeiros não derivativos da Companhia são constituídos de empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, que são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis.

(iii) Instrumentos financeiros

A Companhia mantém uma carteira de ações de empresas de capital aberto. Esses instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são contabilizadas no resultado do exercício.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

(e) Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A Companhia tem como política manter um prazo de financiamento das contas a receber a curto prazo, justificando assim, a não necessidade de cálculo de ajuste a valor presente.

(f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

(g) Ativos biológicos (consolidado)

Os ativos biológicos da controlada são mensurados ao valor justo, deduzidos dos custos estimados para venda no momento do corte, sendo que sua exaustão é calculada no momento do corte da madeira. Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucaliptus e pinnus provenientes de plantios planejados e renováveis e são destinados substancialmente para comercialização com clientes localizados na região da METISA Florestal e Energética S/A. Na determinação do valor justo, foi utilizado o valor de mercado ativo, considerando sua localização e condições atuais e os preços cotados nesse mercado, conforme preconizado no CPC 29 – Ativo Biológico.

O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos, por ocasião de sua avaliação é reconhecido no resultado do período em que ocorrem, numa rubrica específica da demonstração do resultado, denominada "ajuste do valor justo do ativo biológico". O aumento ou diminuição do valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos no início e no final do período avaliado.

A contrapartida do valor justo dos ativos biológicos do início do período foi reconhecido e mantido na reservas de lucros retidos no patrimônio líquido, até sua efetiva realização financeira pelo corte da madeira, quando será transferida para lucros acumulados para destinação.

A determinação do valor justo foi realizada no exercício de 2010, sendo entendimento da administração que o ativo biológico se encontra em pleno desenvolvimento refletindo, no mínimo, os valores constantes nos registros contábeis.

(h) Investimentos

A participação na controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

(i) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

A Companhia fez a opção de utilizar o custo atribuído para valorização de determinados bens do seu ativo imobilizado em função de que esses, tais como apresentados conforme as práticas contábeis anteriores, não atendiam a alguns requisitos de reconhecimento, valorização e apresentação do CPC 27 (IAS 16), em função principalmente de que são ativos que extrapolaram sua vida útil inicial, todavia continuam gerando benefícios econômicos futuros.

Adicionalmente, em 2010 a Companhia realizou a reavaliação da vida útil remanescente dos bens do ativo imobilizado, objetivando adequar os custos de depreciação à expectativa de obtenção de benefícios econômicos futuros com esses bens. O levantamento foi realizado mediante contratação de empresa especializada, a qual emitiu laudo técnico sobre a reavaliação.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição ou de manutenção (reforma) de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(j) Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

(k) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aquisição de veículos com instituições financeiras. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não transfere substancialmente os riscos e benefícios do ativo alugado ao arrendatário.

(l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou operacional que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

(m) Capital social

Ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

(n) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias possa ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

(o) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variação cambial e outras receitas diversas. As receitas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas bancárias, variação cambial, despesas com juros sobre empréstimos e encargos financeiros sobre tributos. As despesas de juros e variação cambial são reconhecidas diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através dos juros efetivos.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 20 mil mensais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos, que são reconhecidos no resultado.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, calculado às alíquotas vigentes na data da apresentação.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis vigentes até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

(q) Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base no estatuto social e legislação aplicável, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

(r) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. A Companhia possui um único segmento de negócio: a produção e comercialização de peças fabricadas em aço para implementos agrícolas, construção civil e outros, como divulgado na Nota 23.

2.3 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

As contas a receber e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos de entrada de fluxo de caixa.

(ii) Derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos

As contas a pagar e outras contas encontram-se apresentadas pelos seus valores justos nominais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

3 Caixa e equivalentes de caixa

			Controladora		Consolidado
	Remuneração das aplicações	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e Bancos		411.554	396.604	424.823	461.995
Aplicações Financeiras em Certificados de Depósito Bancário	Vinculada à variação do CDI	204.595.012	201.481.002	205.085.738	201.986.454
		205.006.566	201.877.606	205.510.561	202.448.449

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa.

4 Títulos e valores mobiliários

O títulos e valores mobiliários referem-se a uma carteira composta por ações classificada como ativos financeiros que a Companhia mantém para negociação.

Conforme IAS 39 (CPC 38, 39 e 40), os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados na categoria de mensurado ao valor justo por meio do resultado. Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. Os saldos são demonstrados ao valor justo e as variações são contabilizadas no resultado.

Os títulos mantidos pela Companhia estão assim distribuídos:

	Controladora	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	
Banco do Brasil (BBAS3)	383.240	-	
Gerdau S/A (GGBR4)	5.580	11.496	
OGX Petróleo (OGXP3)	2.700	8.100	
Petrobras S/A (PETR4)	1.165.586	2.670.560	
(-) Venda de Opções – Petrobras (PETR4)	-	(38.687)	
Petrorio (PRIO3)	4.900	9.240	
Vale S/A (VALE5)	864.075	1.524.939	
	2.426.081	4.185.648	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

5 Contas a receber e outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	19.267.242	21.104.945	19.277.657	21.112.554
Mercado externo	31.493.974	25.662.707	31.493.974	25.662.707
(-) Provisão para riscos de créditos de liquidação duvidosa	(2.378.003)	(581.588)	(2.378.003)	(581.588)
Outras contas a receber (i)	2.689.220	3.204.716	2.691.804	3.200.220
	51.072.433	49.390.780	51.085.432	49.393.893

(i) Outras contas a receber tem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Adiantamentos de salário e férias	1.106.639	1.057.071	1.109.223	1.060.122
Adiantamentos a fornecedores	834.126	736.163	834.126	737.039
Cessões de créditos de ICMS (a)	391.213	1.096.643	391.213	1.096.643
Outros valores	357.242	314.839	357.242	306.416
	2.689.220	3.204.716	2.691.804	3.200.220

(a) Refere-se a créditos de ICMS liberados pela Fazenda Estadual e transferidos para fornecedores da Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na Nota 24.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em bases consideradas suficientes para fazer face as eventuais perdas na realização de créditos, tendo como base os títulos vencidos há mais de 90 dias no mercado interno e 180 dias no mercado externo.

6 Estoques

	Controladora e	Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Produtos acabados	22.240.243	17.767.800
Produtos em processo	11.924.255	8.855.360
Matérias-primas	16.757.522	18.583.110
Materiais secundários	6.552.241	6.812.964
Materiais de manutenção	2.391.004	2.725.843
Importação em andamento	410.149	190.659
Adiantamento a fornecedores	120.611	256.922
	60.396.025	55.192.658

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

7 Tributos a recuperar

	Controladora e Consolidad	
	31/12/2015	31/12/2014
ICMS (i)	1.470.837	2.006.951
IPI	9	-
IRPJ (ii)	1.941.776	2.531.745
CSLL (ii)	653.686	982.105
PIS/COFINS	-	350.500
REINTEGRA	172.734	480.064
Outros Tributos	8.811	8.811
	4.247.853	6.360.176

- (i) Refere-se ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), oriundo de aquisições de matérias primas e insumos, e não compensado em sua totalidade com o ICMS gerado em suas vendas de mercadorias no mercado nacional, pendente de liberação pela Fazenda Estadual para transferência para fornecedores da Companhia.
- (ii) Refere-se a antecipações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro, calculadas com base na estimativa mensal, que superaram o valor apurado na base anual.

8 Realizável a longo prazo

a) Outras contas a receber

	Controladora e Consolidad	
	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos judiciais (i)	1.134.349	1.653.690
Incentivos fiscais	260.013	260.013
Empréstimos compulsórios	90.255	96.895
	1.484.617	2.010.598

(i) Refere-se a depósitos para garantir o andamento de demandas judiciais, de natureza cível, tributária e trabalhistas, cujas provisões, quando devidas, estão reconhecidas no passivo, assim constituídas:

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Cíveis	55.221	55.221
Tributários	1.079.128	1.561.874
Trabalhistas	-	36.595
	1.134.349	1.653.690

b) Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSL)

A conciliação do Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSL,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores correspondentes na demonstração de resultado, está apresentada como segue:

	<u>Controladora</u>		Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ e CSL correntes	(7.194.810)	(7.526.323)	(7.206.839)	(7.542.601)
IRPJ e CSL diferidos	1.539.452	1.221.506	1.539.452	1.221.506

Impostos correntes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (controladora e consolidado) a Companhia não apresentava prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

		ladora e lidado
	31/12/2015	31/12/2014
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
- Sobre adições temporárias	833.003	737.352
- Sobre depreciação custo atribuído	445.007	558.622
- Sobre diferença de depreciação nova vida útil	(96.227)	(400.270)
- Sobre realização depreciação nova vida útil	357.470	317.923
- Sobre diferença de valor residual	199	7.879
	1.539.452	1.221.506

O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições temporárias tem a seguinte composição:

		Controladora e	e Consolidado	
		31/12/2015		31/12/2014
Adições temporárias:	CSL	IRPJ	CSL	IRPJ
- Provisão para perdas Eletrobrás	361.020	361.020	387.580	387.580
- Contingências trabalhistas	170.605	170.605	222.000	222.000
- Contingências cíveis	244.168	244.168	197.972	197.972
- Comissão sobre vendas	762.134	762.134	1.121.308	1.121.308
- Provisão para devedores duvidosos	2.378.003	2.378.003	581.588	581.588
- Perdas incorridas no merc. de renda variável	-	9.766.087	-	8.345.531
Base de cálculo	3.915.930	13.682.017	2.510.448	10.855.979
Alíquotas	9%	25%	9%	25%
Imposto diferido	352.434	3.420.504	225.940	2.713.995

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

A Administração considera que os impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

Impostos diferidos registrados no passivo não circulante

O imposto de renda e a contribuição social de longo prazo foram determinados pela aplicação da alíquota combinada de 34% sobre custo atribuído apurado e diferença de depreciação entre o critério fiscal e a nova vida útil, estão demonstrados conforme a seguir:

Saldo em 31/12/2014	10.790.863
(+) Diferença de depreciação nova vida útil	96.227
(-) Diferença valor residual de ativos não circulantes	(199)
(-) Transferência para o curto prazo	(698.710)
Saldo em 31/12/2015	10.188.181

9 Investimentos

Abaixo demonstramos um sumário das informações da Controlada e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

METI	METISA Florestal e Energética S.A <u>.</u>		
	31/12/2015	31/12/2014	
Capital social realizado	1.905.000	1.905.000	
Patrimônio líquido	10.091.168	10.284.277	
Total de ativo e passivo	10.110.926	10.305.814	
Receitas líquidas de vendas	218.316	612.011	
Percentual de participação			
.No capital votante	100%	100%	
.No capital total	100%	100%	
Resultado do exercício da controlada	(193.109)	35.464	
Resultado de equivalência patrimonial contabilizada na controladora	(193.109)	35.464	
Saldo do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial	10.091.168	10.284.277	
Outros investimentos avaliados pelo custo	160.000	160.000	
Saldo de investimentos	10.251.168	10.444.277	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

10 Imobilizado

A movimentação é demonstrada conforme a seguir:

					Controladora
	Saldo em 31/12/2014	<u>Adições</u>	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	10.309.747	-	-	-	10.309.747
Edifícios e construções	30.055.110	-	-	-	30.055.110
Móveis e utensílios	4.155.406	81.345	(496)	84.821	4.321.076
Veículos	1.336.694	102.775	(46.182)	-	1.393.287
Máquinas e equipamentos	109.186.117	267.166	(1.682.196)	5.568.757	113.339.844
Imobilizações em andamento	7.235.886	9.270.220	(872)	(5.653.578)	10.851.656
Depreciações acumuladas	(88.788.245)	(7.350.231)	1.726.747	-	(94.411.729)
	73.490.715	2.371.275	(2.999)	-	75.858.991

					Consolidado
	Saldo em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Terrenos	11.155.359	-	-	-	11.155.359
Reflorestamento	8.520.535	-	-	142.849	8.663.384
Edifícios e construções	30.269.295	-	-	-	30.269.295
Móveis e utensílios	4.175.020	81.345	(496)	84.821	4.340.690
Veículos	1.433.784	102.775	(46.182)	-	1.490.377
Máquinas e equipamentos	109.249.070	267.166	(1.686.412)	5.568.757	113.398.581
Imobilizações em andamento	7.971.017	9.319.968	(872)	(5.796.427)	11.493.686
Depreciação acumulada	(89.559.929)	(7.529.148)	1.730.628	-	(95.358.449)
	83.214.151	2.242.106	(3.334)	-	85.452.923

11 Intangível

Controladora e Conso					e Consolidado
	<u>Saldo em</u> 31/12/2014	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	Transferências	Saldo em 31/12/2015
Software	750.947	39.566	-	416.512	1.207.025
Intangível em andamento	788.383	88.737	-	(416.512)	460.608
Amortização acumulada	(58.187)	(416.335)	-	-	(474.522)
	1.481.143	(288.032)	-	-	1.193.111

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

A depreciação e a amortização, em 31 de dezembro de 2015, da Controladora, totalizaram R\$ 7.766.566 (R\$ 6.602.445 em 31 de dezembro de 2014). Desse total, R\$ 7.114.391 (R\$ 5.980.536 em 31 de dezembro de 2014) foram reconhecidos no custo de produção e o restante diretamente no resultado do exercício.

12 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

		Controladora e	a e Consolidado	
Modalidade	Encargos Financeiros	31/12/2015	31/12/2014	
Ativo imobilizado	Juros de até 5,50% a.a.	-	84.801	
Capital de giro	Juros de até 5,50% a.a.	117.110.434	116.480.415	
Capital de giro	Juros de até 8,00% a.a.	39.987.234	39.984.175	
Capital de giro	VC + juros de até 2,00% a.a.	26.698.047	28.036.611	
Total dos empréstimos		183.795.715	184.586.002	
Circulante		(136.782.830)	(28.899.719)	
Não Circulante		47.012.885	155.686.283	

As parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de	31/12/2015	31/12/2014
vencimento:		
2016	-	108.673.398
2017	47.012.885	47.012.885
	47.012.885	155.686.283

Os contratos de empréstimos e financiamentos estão garantidos por avais, sendo que os de capital de giro – EXIM BNDES, possuem cláusulas restritivas ao descumprimento de metas (covenants).

13 Obrigações tributárias

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IRPJ e CSLL	810.222	913.989	812.723	917.835
ICMS	72.210	79.697	72.210	79.697
IPI	298.095	84.273	298.095	84.273
PIS	21.582	-	21.600	161
COFINS	127.484	-	127.566	743
CPRB	111.615	-	111.615	-
IRRF	631.281	883.195	631.723	884.095
Outros tributos	16.293	14.957	16.371	15.662
	2.088.782	1.976.111	2.091.903	1.982.466

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

14 Participação de empregados

O acordo com os funcionários prevê a distribuição de até 10% do lucro após os impostos, sendo 4% fixos e 6% variáveis de acordo com as metas atingidas.

15 Partes relacionadas

A remuneração da Administração, bem como as operações entre a Companhia e partes relacionadas foram realizadas conforme a seguir.

a) Remuneração dos administradores

A Companhia provê a seus administradores remuneração fixa e variável, que é determinada conforme estatuto e legislação societária.

Os montantes referentes à remuneração paga, ao Conselho de Administração e Diretores Estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora			Consolidado
	<u>31/12/2015</u>	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Remuneração fixa	4.716.100	5.143.000	4.780.500	5.202.528
Remuneração Variável	2.210.131	2.511.350	2.210.131	2.511.350

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos anualmente, admitida a reeleição.

b) Operações com partes relacionadas

As transações de compra de serviços e insumos são efetuadas em condições de preços e prazo equivalentes às transações efetuadas com terceiros não relacionados e podem ser resumidas como segue:

	<u>31/12/2015</u>	31/12/2014
Fornecimento de serviços:		
- PARTBANK S.A	444.900	414.350
- Ricardo Teixeira Mendes	243.052	226.268
- Elite CCVM Ltda.	13.003	20.544
Fornecimento de produtos e insumos:		
- METISA Florestal e Energética S.A	70.778	502.676
- Eletromeca Metalúrgica Casagrande Ltda.	120.458	114.975

16 Provisões para contingências

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

Para as contingências consideradas, pelos assessores jurídicos da Companhia, como perda provável, foram constituídas provisões. A Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentadas abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora	Controladora e Consolidado		
	<u>31/12/2015</u>	31/12/2014		
Obrigações cíveis	244.168	197.972		
Obrigações tributárias (i)	1.967.335	2.450.081		
Obrigações trabalhistas (ii)	170.605	222.000		
	2.382.108	2.870.053		

- (i) <u>Tributárias</u> referem-se às discussões judiciais relativas ao PIS, no valor de R\$ 264.136, e INSS, no valor de R\$ 1.703.199, para os quais há depósitos judiciais no montante de R\$ 1.079.128 (R\$ 1.561.874 em 31/12/2014).
- (ii) Trabalhistas consistem em diversas matérias relacionadas à área trabalhista.

17 Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social, em 31 de dezembro de 2015, é composto por 4.212.530 ações ordinárias e 4.924.733 ações preferenciais (4.212.530 ações ordinárias e 5.551.953 ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2014), totalmente subscrito e integralizado, todas sem valor nominal. A companhia mantém em tesouraria 125.500 ações preferenciais de sua emissão (608.320 ações em 31 de dezembro de 2014).

b) Dividendos e juros sobre capital próprio

O Conselho de Administração, em 05 de novembro de 2015, aprovou a distribuição de juros sobre o capital próprio, calculados na forma da lei e em consonância com as disposições estatutárias, representando valores brutos, de R\$ 0,55 por ação preferencial e R\$ 0,50 por ação ordinária, para pagamento em 22 de dezembro de 2015, cujo montante foi assim determinado:

	31/12/2015	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	16.587.113	19.926.637
Reserva legal	(829.356)	(996.331)
Lucro líquido ajustado	15.757.757	18.930.306
Juros sobre o capital próprio	4.745.843	7.247.051
Percentual sobre o lucro líquido ajustado	30,12%	38,28%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

c) Reservas de lucros

Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76.

Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

O saldo remanescente do lucro líquido, no montante de R\$ 11.011.914, será mantido em conta de reserva de lucros, para futuros investimentos e manutenção do capital de giro, conforme orçamento de capital.

Aos Acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade no direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual, não cumulativo, de pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

18 Receita operacional líquida

		Controladora		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Mercado interno	176.377.391	217.161.089	176.540.106	217.312.970
Mercado externo	77.291.434	57.557.826	77.291.434	57.557.826
(-) Impostos sobre vendas	(31.858.339)	(38.184.602)	(31.870.933)	(38.208.800)
	221.810.486	236.534.313	221.960.607	236.661.996

19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora			Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Despesas com pessoal	4.519.744	4.664.244	4.534.945	4.677.887
Despesas com serviços de terceiros	1.621.696	1.756.931	1.627.936	1.760.471
Honorários conselho fiscal	329.100	301.800	329.100	301.800
Honorários dos administradores	4.716.100	5.143.000	4.780.500	5.202.528
Participação no lucro dos empregados	899.010	1.065.681	899.010	1.065.681
Participação no lucro dos administradores	1.864.469	2.210.131	1.864.469	2.210.131
Gastos com materiais gerais	841.211	803.212	855.527	818.549
Outras despesas	2.338.420	2.462.272	2.395.293	2.520.634
	17.129.750	18.407.271	17.286.780	18.557.681

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

20 Despesas com vendas

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Despesas variáveis de vendas	19.325.732	20.734.630
Despesas com pessoal	4.724.202	4.956.035
Despesas com propaganda e publicidade	1.236.180	1.049.114
Despesas com viagens	627.890	566.308
Provisão para devedores duvidosos	2.408.744	781.130
Outras despesas	947.907	839.615
	29.270.655	28.926.832

21 Resultado financeiro

		Controladora		Consolidado
Receitas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Juros de mora	771.033	734.527	771.035	734.536
Descontos	55.901	69.521	55.901	69.521
Dividendos e JSCP	100.026	341.661	101.051	341.661
Variações cambiais de exportação	16.474.535	6.550.673	16.474.535	6.550.673
Receita de títulos e valores mobiliários	1.760.293	1.066.532	1.760.293	1.066.532
Receita aplicações financeiras	22.801.930	17.305.117	22.869.079	17.348.730
Outras variações monetárias	633.570	287.278	633.570	287.278
Reversão de perdas com contas a receber	149.535	63.818	149.535	63.818
	42.746.823	26.419.127	42.814.999	26.462.749

		Controladora		Consolidado
Despesas Financeiras	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
IOF/PIS/COFINS	682.214	50.819	682.214	50.819
Juros	10.008.260	7.599.371	10.008.260	7.599.500
Despesas bancárias	458.969	361.998	458.973	362.051
Descontos/deságios	131.000	77.766	131.001	77.766
Variações cambiais	16.952.134	6.921.913	16.952.134	6.921.913
Perdas com títulos e valores mobiliários	3.180.849	4.197.925	3.180.849	4.197.925
	31.413.426	19.209.792	31.413.431	19.209.974

Resultado financeiro líquido	11.333.397	7.209.335	11.401.568	7.252.775

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

22 Lucro líquido por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, excluindo as ações mantidas em tesouraria.

23 Segmentos operacionais

A Companhia atua no segmento metalúrgico, produzindo artefatos de aço para diversos usos, entre os quais se destacam peças de penetração no solo, utilizadas por máquinas de terraplanagem, peças para máquinas e implementos agrícolas, entre os quais sobressaem os discos para uso em tais equipamentos e lâminas para corte de pedras. A Companhia, ainda, produz diversos outros artefatos, tais como talas de junção para trilhos ferroviários, pás e cavadeiras, peças para implementos rodoviários e arruelas. As instalações industriais da Companhia são extremamente versáteis e um mesmo conjunto de equipamentos pode fabricar materiais que integram "linhas de produtos" diferentes. As linhas de produtos são definidas em função de seu uso e correspondente mercado, não se constituindo em setores fabris separados e bem identificados, e para os quais se possam desenvolver demonstrações financeiras individualizadas. Em decorrência, a Companhia explora um único segmento operacional.

24 Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

(a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa conforme demonstrado na Nota 5.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros , representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras é assim composto:

		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
Caixa e equivalentes de caixa	205.510.561	202.448.449
Títulos e valores mobiliários	2.426.081	4.185.648
Contas a receber	50.771.631	46.775.261

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O contas a receber, na data das demonstrações financeiras, tem a seguinte posição por vencimento:

		Consolidado
	31/12/2015	31/12/2014
A vencer	35.937.592	34.038.529
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	6.395.730	8.481.484
De 31a 90 dias	1.998.083	2.973.527
De 91a 180 dias	663.768	485.496
De 181a 360 dias	2.497.554	486.918
Acima de 360 dias	3.278.904	309.307
	50.771.631	46.775.261

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado (Nota 20). Quando não existe expectativa de recuperação de numerário, os valores creditados lançados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são revertidos contra a baixa definitiva do título para o resultado do exercício.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado de matérias primas e insumos utilizadas no processo de produção, principalmente o preço do aço. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques reguladores desta matéria-prima.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excesso de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (Notas 3 e 4) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os valores equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia nas contas a receber advindas de vendas ao mercado externo (Nota 5).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a necessidade de contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- documentação de controles e procedimentos;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingência;
- treinamento e desenvolvimento profissional;
- padrões éticos e comerciais;
- mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

(b) Instrumentos financeiros

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis estão apresentados no balanço patrimonial nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, títulos e valores mobiliários, contas a receber e outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curtíssimo prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.
- Títulos e valores mobiliários Tratam-se de ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo.
- Contas a receber, outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos São classificados como passivos financeiros considerado valor justo de acordo com as condições contratuais. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características exclusivas, oriundas de fontes específicas para financiamento.

(c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento.

(d) Análise de sensibilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 31 DE DEZEMBRO DE 2014 – EM REAIS

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e TJLP.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras.

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

25 Cobertura de seguros (não auditado)

De acordo com a natureza de suas atividades e considerando as medidas preventivas adotadas em caráter permanente, a Companhia mantém seguros contratados, no valor de R\$ 34.628.031, com base na característica dos bens. Esse montante de cobertura é considerado suficiente pelos Administradores da Companhia.

* * *